



REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO

RESUMO EXECUTIVO

2015 - 2024



2015 - 2024
RESUMO EXECUTIVO

REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO



RAICE

Realização:



Comissão Pastoral da Terra



**Campanha De olho aberto
para não virar escravo**

Apoio:



Sumário

APRESENTAÇÃO	4
Princípios do Raice	
Objetivos do Raice	
LOCAIS DE ATUAÇÃO (2015-2024)	10
METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	13
Diagnóstico Permanente	
Articulação de rede municipal de combate ao trabalho escravo	
<i>Codó (MA): Plano Municipal de Combate ao Trabalho Escravo</i>	
<i>Itupiranga e Tucuruí (PA): Fluxos locais de atendimento às vítimas do trabalho escravo</i>	
<i>Nova Olinda (TO): plano de formação de agentes públicos</i>	
Atuação comunitária: organização e mobilização das comunidades	
<i>Planos de vida digna: uma proposta metodológica</i>	
<i>Nova Olinda (TO): Projeto de Assentamento Remansão</i>	
<i>Itupiranga (PA): Bairro Mutirão-Portelinha</i>	
<i>Codó e Timbiras (MA): Comunidades tradicionais</i>	
PENSANDO O FUTURO	24
Redes municipais	
Fluxo nacional de atendimento às vítimas de trabalho escravo	
Comunidades	
EXPEDIENTE	30

Apresentação

O programa **Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão** (Raice), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi criado em 2015, como parte de sua Campanha Nacional De olho aberto para não virar escravo. Ele responde à preocupação persistente - e ainda atual - sobre o destino de trabalhadoras e trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Brasil, que acabam retornando à situação de exploração, em um ciclo vicioso.



FOTO: SÉRGIO CARVALHO

Crítica a propostas centradas apenas na qualificação profissionalizante dos trabalhadores, por deslocar a responsabilidade para os indivíduos e não abordar as causas sistêmicas da escravidão contemporânea, a CPT teve como inspiração o exemplo do **Assentamento Nova Conquista**, em Monsenhor Gil, no Piauí. Um grupo de 42 trabalhadores desse município, resgatados do trabalho escravo no Pará, lutou unido, junto com suas famílias, até conquistarem seu assentamento de reforma agrária. O processo de dez anos envolveu forte organização interna e criterioso acompanhamento por parte da CPT no local de resgate e no local de aliciamento.

Para essa mudança, foi determinante: o olhar para a própria situação familiar e comunitária; o partilhar dos sonhos e dos projetos; a formação continuada; a cobrança junto ao poder público de políticas e direitos; a articulação em rede de todos os agentes envolvidos.

A partir dessa experiência foi criada a **metodologia Raice**, que se baseia em dois caminhos complementares:

1

a formação de uma rede municipal

composta por agentes públicos e da sociedade civil que buscam efetivar políticas públicas destinadas a comunidades vulneráveis à escravidão;

2

nas comunidades, a consolidação da organização e dos vínculos comunitários,

a partir de metodologia participativa que olha de forma integral as vulnerabilidades que expõem as famílias ao trabalho escravo, para construir ações conjuntas visando à vida digna e ao bem viver.

Para a CPT, saber que um trabalhador foi escravizado ajuda a identificar que a comunidade de onde ele saiu é vulnerável, e deve ser foco prioritário da nossa atuação e das políticas públicas. O protagonismo das comunidades é central, seja para reivindicação de direitos, seja pelo fortalecimento da sua organização, das suas formas autônomas de trabalho, de produzir, de encontrar saídas e de criar vida. Isso não implica em torná-los responsáveis pelo seu fracasso, mas em considerá-los sujeitos inseridos em uma coletividade e em resistência a um contexto de sistemáticas violações e violências.



PRINCÍPIOS DO RAICE

O QUE NEGAMOS

- » Não se pode responsabilizar trabalhadores e trabalhadoras pelo trabalho escravo.
- » O processo de formação relacionado ao trabalho nunca deve ser treinamento nem depositar nos próprios trabalhadores uma saída individualizante e competitiva.
- » Rechaçamos o discurso ilusório do empreendedorismo e a ideologia do empresariamento de si.
- » Não consideramos trabalhadores e trabalhadoras escravizados como do lado de fora da sociedade: deles dependem os empregadores para que possam otimizar a exploração e a mais-valia, sendo, assim, parte do sistema. Além disso, são sujeitos muitas vezes vindos de comunidades camponesas ou tradicionais, com saberes e culturas próprios, que não devem ser desvalorizados. Por isso evitamos usar as palavras “inserção” ou “reinserção” de trabalhadores escravizados.
- » Não podemos desmobilizar as resistências impondo uma visão de que as políticas públicas irão resolver os problemas de cima para baixo. Combatemos um olhar - e, mais do que isso, uma prática - assistencialista e paternalista. Direito é uma coisa; assistencialismo, filantropia e favor são outras.

PRINCÍPIOS DO RAICE

O QUE AFIRMAMOS

- » É preciso atacar as causas estruturais que provocam o ciclo da escravidão: a concentração de terra e renda; o lucro acima da vida; o modelo produtivo imposto ao campo; a ineficiência das políticas públicas; a impunidade.
- » Trabalhadores e trabalhadoras são sujeitos, não objetos a serem revitimizados e moldados para “inserção no sistema”.
- » É preciso seguir os princípios da educação popular, visando à emancipação e à autonomia, por meio de reflexão crítica sobre as violações sofridas, identificando suas causas e propondo ações para seu enfrentamento. Formação e diagnóstico são permanentes.
- » As ações são voltadas às comunidades e processos comunitários, não somente a indivíduos, recuperando laços de pertença e redes de mutirão, solidariedade e reciprocidade, fortalecendo a mobilização coletiva.
- » Cobrança por políticas públicas efetivas e articuladas são alinhadas às necessidades das comunidades, com o intuito de garantir vida digna.



Nosso sonho é que não seja preciso lutar tanto para a construção de uma vida digna e que a trabalhadores e trabalhadoras caiba outro lugar no mundo que não seja a exploração. Continuamos a reafirmar, como fazemos há 5 décadas, que existe um problema estrutural da escravidão: **as variadas vulnerabilidades são provocadas pelo modo de produção capitalista; no Brasil, em particular, pela forma como esse modelo se impõe ao campo, por meio do agronegócio, que concentra a renda, escraviza, cerca e expulsa comunidades de seus territórios de vida.**

Esse modelo expõe trabalhadores e trabalhadoras à migração de risco, ao aliciamento, ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas; e a sociedade brasileira à fome, ao envenenamento, ao caos climático. Grupos historicamente alijados de seus direitos são empurrados, assim, para o trabalho escravo, majoritariamente pessoas negras, herança viva da escravidão colonial e imperial. Portanto, somente com a construção de soluções estruturais é que o ciclo do trabalho escravo será, de fato, rompido.



INTENÇÕES

- » Identificar e acompanhar grupos e comunidades de risco ao trabalho escravo em municípios com alto grau de mobilidade para o trabalho, priorizando as intervenções nessas localidades;
- » Fortalecer as iniciativas de prevenção ao trabalho escravo nos municípios e estados, estabelecendo canal de diálogo entre os atores que as coordenam;
- » Fomentar o acesso de grupos de trabalhadores e trabalhadoras, e suas famílias e comunidades, a políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- » Fomentar a organização de grupos e comunidades na resistência à escravidão e na reivindicação e conquista de direitos: grupos de vigilância e prevenção ao trabalho escravo; formas solidárias de trabalho; organização na luta por reforma agrária e pela permanência na terra, dentre outros;
- » Intensificar a cobrança ao poder público para criar e efetivar políticas de combate ao trabalho escravo, baseadas nas aprendizagens da experiência da Campanha *De olho aberto para não virar escravo*.





MUNICÍPIOS

MARANHÃO

CODÓ E TIMBIRAS | *Região dos Cocais*

Municípios com muitas comunidades tradicionais com alto índice de migração de trabalhadores, em especial da juventude, para trabalhos em outros estados – Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Paraná – e para outras regiões do próprio Maranhão.

PARÁ

TUCURUÍ E ITUPIRANGA | *Microrregião do Lago de Tucuruí*

Municípios de chegada de trabalhadores com diversos casos de trabalho escravo denunciados e, recentemente, com aliciamento por gatos, gerentes e fazendeiros da própria região em bairros periféricos.

TOCANTINS

NOVA OLINDA | *Nordeste do estado*

Frequentemente citado em denúncias de trabalho escravo como origem de trabalhadores, o município é conectado à Ferrovia Norte-Sul pela BR-153 e inserido em região de expansão de monoculturas, o que tem gerado vários conflitos agrários e deslocamento forçado das pessoas.

ZONA URBANA

S E DEFENSORES
OS EM MAR
CRIME! JÁ



Para além do trabalho com as comunidades do campo, a CPT também se propôs a trabalhar em **comunidades de ponta de rua**, na zona urbana. Essa escolha se deu por alguns motivos, que conectam essas comunidades à realidade do campo:

- » estão em municípios onde a ideia de urbano se mistura muito a modos de vida rurais;
- » são compostas majoritariamente por migrantes, por pessoas expulsas da terra ou com famílias residentes na zona rural;
- » possuem forte relação com o campo, seja mantendo quintais produtivos ou criando pequenos animais;
- » muitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais vivem nessas comunidades, desempenhando trabalho em carvoarias, em fazendas e na mineração.



Metodologia e desenvolvimento

QUADRO-RESUMO

RESULTADOS

DIAGNÓSTICO PERMANENTE

- ☒ CPT e rede conhecem a realidade das comunidades para melhor atuar.

ARTICULAÇÃO DE REDE MUNICIPAL

- ☒ Rede municipal de prevenção e combate ao trabalho escravo articulada realiza ações e acolhe trabalhadores resgatados, com os devidos encaminhamentos;
- ☒ Agentes do poder público e da sociedade civil comprometidos com o combate ao trabalho escravo;
- ☒ Plano de ação municipal construído pelos integrantes da rede e colocado em prática;
- ☒ Problemática do trabalho escravo ganha visibilidade;
- ☒ Incidência sobre políticas estaduais e nacionais de erradicação do trabalho escravo realizada.

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

- ☒ Famílias e comunidades protagonistas na reivindicação de direitos e na construção de vida digna.



DIAGNÓSTICO

DIAGNÓSTICO PERMANENTE

- » Para selecionar os locais de atuação e as comunidades participantes, foi realizado um **diagnóstico prévio**, envolvendo pesquisadores e as equipes locais. Os resultados podem ser lidos em dois livros, publicados no início de 2017:



- » Junto às comunidades, é realizado continuamente um **diagnóstico participativo** sobre suas realidades, as violações sofridas e as causas estruturais dos problemas enfrentados, com vistas a mobilização e possíveis ações.
- » Junto à rede, também é realizado um diagnóstico contínuo sobre a **atuação das instituições e as dificuldades** no atendimento a trabalhadores e trabalhadoras e às comunidades.

ARTICULAÇÃO

ARTICULAÇÃO DE REDE MUNICIPAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- » Engajamento de agentes públicos de secretarias que podem incidir diretamente sobre a situação de vulnerabilidade de famílias e comunidades, como as de assistência social, de agricultura, de trabalho, de saúde, de educação etc.;
- » Envolvimento de outras organizações da sociedade civil na luta contra o trabalho escravo;
- » Formação de rede municipal de ação integrada para combater a escravidão, que atua nas comunidades participantes do projeto, para encaminhamento de demandas e elaboração de políticas públicas;
- » Planejamento, monitoramento e avaliação das ações da rede;
- » Envolvimento de agentes de CRAS e CREAS em âmbito regional para formação de rede de acolhida e referenciamento, com o objetivo de encaminhar os trabalhadores resgatados pela equipe de fiscalização móvel (inserção em políticas e serviços públicos, orientação, acompanhamento e demais aspectos);
- » Realização de ações preventivas de combate ao trabalho escravo para público amplo nos municípios de atuação;
- » Construção de fluxos municipais e regionais de atendimento às vítimas de trabalho escravo e de planos municipais de combate ao trabalho escravo;
- » Interlocução para encaminhamento e cobrança das comunidades;
- » Participação das redes de combate à escravidão, nos âmbitos estaduais e federais.



CODÓ (MA)

PLANO MUNICIPAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

A rede municipal de Codó, com participação importante da secretaria de assistência social, da secretaria de igualdade racial e da Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras, se empenhou na elaboração de um **Plano Municipal de Combate ao Trabalho Escravo**. O documento está dividido em cinco eixos: Ações Gerais; Prevenção e Comunicação; Território, Trabalho e Produção; Assistência às Vítimas e Vulneráveis; Repressão.

A metodologia adotada buscou, a partir de formações temáticas, **identificar os principais problemas** relacionados ao trabalho escravo no município para pensar em ações e responsáveis. Dessa forma, foi possível adentrar as especificidades da realidade de Codó. O documento-base foi apresentado em audiência pública em agosto de 2024 para 80 participantes e está prestes a se tornar uma lei municipal.

O CREAS de Codó, em parceria com a CPT, auxiliou no translado de trabalhadores que fugiram de uma fazenda no Pará devido a condições degradantes de trabalho. As profissionais do CREAS ofereceram atendimento aos trabalhadores ao chegarem em Codó, o que as colocou em contato direto com a problemática e reforçou a importância do trabalho em rede. Além disso, o CREAS atendeu outros casos semelhantes, como trabalhadores fugidos da escravidão em um município do Maranhão e uma família resgatada em Codó, com a realização de denúncias. Houve também denúncias de trabalho escravo envolvendo trabalhadores de Codó e Timbiras fora do estado, que resultaram em resgates pelo Grupo Móvel de Fiscalização e articulação da assistência social para atendimento desses trabalhadores.



ITUPIRANGA E TUCURUÍ (PA)

FLUXOS LOCAIS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DO TRABALHO ESCRAVO

A participação das **secretarias de assistência social** nos municípios de Itupiranga e Tucuruí foi fundamental para a constituição das duas redes. Em ambos os casos, os processos formativos realizados fizeram com que a temática ficasse conhecida entre agentes públicos e atores da sociedade civil, assim como pela sociedade de forma mais ampla, a partir das atividades de mobilização. Em especial para os agentes públicos, fazer o elo entre trabalho escravo e as várias vulnerabilidades a que são submetidas as comunidades foi bastante importante para adquirirem responsabilidade sobre o tema.



Em Itupiranga, o Centro POP atendeu um trabalhador que processou o patrão após fugir. Esse equipamento público tem atendido idosos abandonados por patrões e casos de escravidão, assumindo a responsabilidade de abrigá-los, mesmo sem condições ideais. Esse atendimento sensibilizou bastante os agentes públicos, ampliando seu engajamento para enfrentar o trabalho escravo. Foi com este trabalho no Pará que a CPT pôde identificar a necessidade de, a partir do fluxo nacional, construir fluxos locais - municipais e regionais - de atendimento às vítimas do trabalho escravo, a partir das instituições atuantes em cada realidade.



NOVA OLINDA (TO)

PLANO DE FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

Em Nova Olinda, um plano de formação integrado para engajamento dos diversos atores na rede foi essencial. Em um primeiro momento, foram realizadas formações sobre trabalho escravo. Somente depois dessas formações a rede foi construída e formalizada, também por meio de **processos formativos que geraram ações diretas** nas comunidades afetadas. As visitas às famílias vulneráveis passaram a ser feitas por assistente social do CRAS, psicóloga e agente de saúde, o que possibilitou integração entre as duas áreas. A partir das visitas surgiram diversas questões, sobre as quais foi possível discutir de forma mais aprofundada.

Um resgate acontecido em Arapoema (TO) em 2017 confirmou que a realidade estava mais próxima do que se pensava: dos 5 resgatados, 3 eram de Nova Olinda, o que chamou a rede à responsabilidade. Foram realizados busca ativa, cadastramento no CADÚnico, atendimento emergencial via cestas básicas e atendimento de saúde (antecipando as orientações do fluxo nacional de atendimento às vítimas do trabalho escravo). Durante a conferência de Assistência Social de 2018, foi feita a 1ª apresentação de possível atuação do município na agenda de promoção do trabalho decente, por meio de políticas públicas que tivessem esse foco. O município assinou na oportunidade seu 1º Termo de Compromisso contra o trabalho escravo, sendo renovado a cada ano.



ATUAÇÃO COMUNITÁRIA: ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

- » As famílias participantes são identificadas a partir de critérios estabelecidos por cada equipe, de acordo com a realidade das comunidades selecionadas;
- » São identificadas as forças e potencialidades dos grupos, assim como as principais demandas e sonhos, a partir de processo formativo;
- » As famílias são articuladas em atividades conjuntas de mobilização, tanto comunitárias como de reivindicação de direitos, para a construção de uma vida digna.



FOTO: SEBASTIAN LISTE

PLANOS DE VIDA DIGNA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

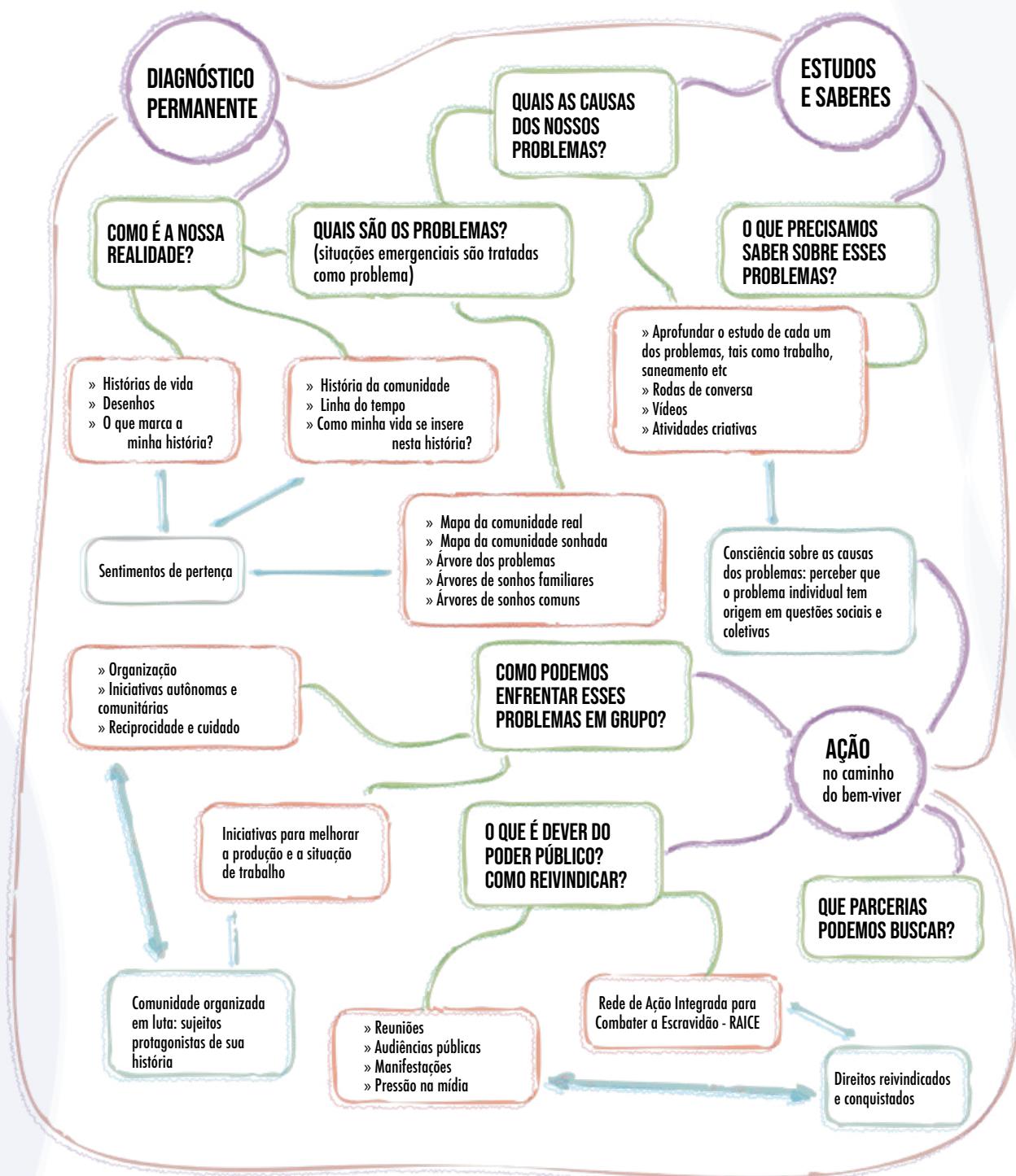
Metodologia dos planos de vida digna é o nome dado ao processo que visa a garantir à comunidade seu bem viver. De forma resumida, podemos dizer que:

- » ao dialogar sobre experiências individuais e familiares de trabalho, é possível que os sujeitos vejam os **pontos comuns de suas histórias**, se identifiquem uns com os outros e tentem compreender as causas que provocaram essas condições;
- » ao recuperar a história das famílias e das comunidades, faz-se **memória de processos árduos de luta**, que fizeram os sujeitos se encontrarem e empreenderem caminhos coletivos para se chegar aonde se está hoje. Com isso, também se pode refletir sobre o que gerou discordâncias, rachas e conflitos;
- » esses são exemplos de que a metodologia se propõe como um **processo contínuo de ação-reflexão-ação**, como nos ensinou Paulo Freire;
- » as ações do grupo são orientadas por essa reflexão e compreensão da realidade, e são avaliadas constantemente. Olhando para os problemas, destrinchando, compreendendo suas causas, **como nos organizamos para combatê-los?**
- » essas ações podem ser **direcionadas ao Estado**, com a reivindicação de políticas públicas, cobrança de direitos, manifestações, audiências, mobilizações, protestos; mas também processos de **formas autônomas de bom governo e autogestão**, por meio da organização comunitária, da solidariedade, da reciprocidade e da resistência, **em articulação também com outras comunidades**.





PLANOS DE VIDA DIGNA: CAMINHOS METODOLÓGICOS



NOVA OLINDA (TO)**P.A. REMANSÃO**

As atividades no território começaram com diagnósticos e reuniões comunitárias, focando inicialmente nas mulheres, que passaram a assumir a liderança do processo, resultando na reativação da associação do assentamento. As reuniões iniciais foram seguidas por oficinas sobre territorialidade e cultura, além de discussões sobre migração, trabalho escravo, luta pela terra e resistência. O uso de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo, como a linha do tempo do assentamento e o mapa da realidade, permitiu identificar problemas e soluções, como a criação de uma **feira comunitária**, que fortaleceu a produção local e incentivou a participação comunitária.

Além disso, a análise FOFA destacou a **produção de caju** com potencial para reduzir a migração forçada. A comunidade elaborou um plano para beneficiamento da fruta e criação de uma agroindústria. Além disso, foram discutidos os problemas prioritários da comunidade e definida uma **lista de demandas ao poder público**, resultando na conquista de um trator e transporte para escoar a produção. A comunidade, agora mais organizada e engajada, está envolvida em mobilizações amplas e promove momentos de lazer e celebração, fortalecendo a vida no assentamento.





PORTELINHA, ITUPIRANGA (PA)

BAIRRO MUTIRÃO

Nos bairros Mutirão e Portelinha, em Itupiranga, as mulheres assumem o papel de chefe de família, com trabalho informal. O CRAS, localizado no Bairro Portelinha, foi o ponto de apoio para as atividades com as famílias. As mulheres que frequentam a unidade participaram de formações sobre trabalho escravo e de oficinas, a partir de suas histórias de vida.

Elas também decidiram formar um grupo para **produção de artesanato em tecido**. Participaram de cursos e se apoiaram mutuamente para aprimorar suas técnicas. O grupo trabalha para se desvincular do espaço do CRAS e criar uma identidade própria, enfrentando o desafio de consolidar um projeto coletivo de produção.

CODÓ E TIMBIRAS (MA)

COMUNIDADES TRADICIONAIS

As comunidades no Maranhão perceberam que o trabalho escravo está relacionado aos conflitos agrários e à invasão de territórios, reforçando a importância da **permanência na terra** para uma vida digna. A participação em intercâmbios de saberes e discussões com organizações parceiras e trabalhadores de outros municípios ajudou na autoproteção dos territórios. A participação das juventudes, especialmente no território Campestre, foi crucial na recuperação de nascentes e na valorização do espaço de escuta de anciões.

Além disso, a **busca ativa** localizou cerca de 20 trabalhadores submetidos ao trabalho escravo, resgatados e residentes em Codó e Timbiras. As denúncias colhidas na região levaram a resgates. Esses esforços resultaram em uma maior conscientização e ações práticas contra o trabalho escravo, evidenciando a importância da organização e mobilização das comunidades para enfrentar essa problemática.



Pensando o futuro



REDES MUNICIPAIS

Quando o projeto foi desenhado, a ideia de formação de **Redes Municipais de Ação Integrada para Combater a Escravidão** buscava a interação das políticas públicas para garantir atendimento integral a comunidades e grupos vulneráveis ao trabalho escravo na ponta. Nesse processo, a questão seria tratada de forma interdisciplinar e intersetorial, com troca de experiências, diálogos, articulações, acompanhamento, busca ativa, diagnóstico e integração de saberes.

O que encontramos na prática esbarra nos limites do próprio Estado brasileiro, nas dificuldades enfrentadas pelas prefeituras em termos de



recursos humanos e financeiros, na penetração de interesses econômicos no poder público municipal, na alta rotatividade de funcionários que proporciona a manutenção de currais eleitorais. O poder público municipal é limitado e carregado de interesses que extrapolam a possibilidade de formalizar compromissos mais concretos de longo prazo.

Vimos de perto a baixa efetividade de políticas públicas, com desconhecimento da realidade em que esses agentes se inserem e em como acessar determinados programas. Observamos uma fragmentação do atendimento: o agente só sabe como proceder dentro de sua atribuição pré-definida e bastante limitada. Seu trabalho é muito setorial e tem excesso de demandas.

Com isso, a CPT precisou assumir demasiado protagonismo para a consolidação das redes. Por outro lado, tendo em vista a experiência nas Coetraes, em alguns casos, também tem sido nossa missão reanimá-las e não deixá-las morrer... No entanto, não conseguimos estar todos os municípios que seriam prioritários: isso deveria ser assumido pelo Estado, com papel imprescindível das próprias Coetraes e da Conatrae.

Além disso, aprendemos mais uma vez que o poder público pode ser aliado em determinadas circunstâncias, mas deve ser cobrado constantemente para que cumpra seu papel, para que direcione as políticas públicas demandadas e escute os sujeitos envolvidos. As comunidades, assim, devem participar da construção e da avaliação das políticas públicas.

Há uma relação contraditória entre a importância dada às políticas públicas no esforço de romper o ciclo do trabalho escravo e, por outro lado, a limitação das políticas existentes e implementadas nos municípios ou da possibilidade de diálogo e efetiva parceria com o setor público. As políticas públicas são parte da solução, mas têm lacunas e acabam cumprindo um papel de “remendo” dentro de um modo de produção baseado na manutenção das desigualdades.



FOTO: JOÃO LAET

FLUXO NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE TRABALHO ESCRAVO

Outro ponto de atenção é o **acompanhamento de trabalhadores resgatados**. Esse trabalho exige estratégias específicas, a começar pelo funcionamento do fluxo nacional de atendimento às vítimas e a criação de fluxos municipais e regionais de atendimento. Mas aqui também é preciso ir além desse atendimento imediato, se o que se almeja é a real transformação na vida desses sujeitos.



Ficou evidente que, para o fluxo nacional de atendimento às vítimas funcionar, é preciso que, lá na ponta, os agentes públicos e a sociedade civil estejam preparados para realizar o trabalho. A elaboração de fluxos municipais ou regionais de atendimento mostra-se uma necessidade que não pode ser desconsiderada quando se pensa na efetividade da política nacional de combate ao trabalho escravo.

Recomendamos ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Ministério da Saúde a elaboração de notas técnicas e formações especializadas, direcionadas aos profissionais/trabalhadores/técnicos - e não apenas aos gestores - do SUAS e do SUS, indicando caminhos de forma clara e didática a quem realiza os atendimentos, o que contribuiria para aprendizados e reformulações da política.

É preciso levar em conta que o atendimento a trabalhadores resgatados não se encerra logo depois do resgate, ele continua, às vezes por anos. Devemos ir além do fluxo de atendimento aos resgatados, no direcionamento de políticas integradas a quem mais precisa e está em maior vulnerabilidade, ligadas à produção, à questão agrária, à saúde, à educação.



COMUNIDADES

O trabalho de base com as comunidades, no sentido da prevenção integral ao trabalho escravo, é de longo prazo, não uma solução imediatista. Ele toma tempo e dedicação, paciência e perseverança, e também exige replanejamento constante em função dos inúmeros obstáculos enfrentados.

Ainda que tudo se encaminhe da melhor forma, **há questões estruturantes que deixam esses territórios em constante ameaça**. O capitalismo nunca deixa de buscar novas áreas por onde expandir, mesmo quando já tituladas pelo Estado. Seja nas comunidades quilombolas de Codó, seja nos assentamentos de Nova Olinda, a ameaça da expropriação sempre existirá, enquanto for esse o modo de produção, e enquanto o país continuar dependente, financiando e apoiando a expansão do agronegócio.

Em projetos de reforma agrária, conquistados em árdua luta, a não efetivação de políticas públicas, o abandono deliberado, a titulação individual e a reconcentração de lotes comprometem a permanência na terra, e deixam assentados suscetíveis a terem de sair em busca de trabalho.

Exemplo disso é a dificuldade de permanência dos jovens no campo, não por escolha, mas por não terem condições para ficar. Dessa forma, reiteramos que o trabalho realizado diretamente nas comunidades apenas é insuficiente. Na metodologia Raice, ele foi realizado em paralelo à formação de uma rede municipal que direcionasse as políticas públicas para essas áreas. No entanto, sabemos que isso tampouco é a solução.





É preciso ir além. A começar por uma **reforma agrária popular e efetiva**, que redistribua a terra e repense o modelo agrário brasileiro, voltando os esforços para a permanência nos territórios, a produção e a garantia de direitos essenciais.

A despeito disso, as comunidades estão em luta por terra, território, vida digna e bem viver. Apoiar essa luta e contribuir para essa conquista faz parte da missão da CPT e do desafio que assume. Sabemos que uma comunidade forte e organizada apresenta mais chances de resistir ao assédio de gatos, aos conflitos e às ameaças externas.

Nesse sentido, acreditamos que a metodologia Raice traz contribuições importantes para o conjunto da CPT e para as demais organizações comprometidas com o trabalho de base no campo brasileiro. Nos move a sair de comodismos, a pensar a educação popular para além do discurso, de modo a repensar nossas práticas. Esperamos que os aprendizados aqui elencados contribuam para isso.



EXPEDIENTE

**Campanha Nacional de Prevenção
e Combate ao Trabalho Escravo**

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Rua Porto Alegre, 446
Bairro São João
CEP 77807-070
Araguaína/TO

(63) 3412 3200
cptnacional.org.br

Avaliação de programa, texto e edição
Carolina Motoki

Apoio editorial
**Brígida Rocha dos Santos, Evandro Rodrigues,
Francisco Alan Santos Lima e Xavier Plassat**

Fotografias adicionais:
Evandro Rodrigues e Ludimila Santos

Projeto gráfico e diagramação
Ruy Sposati

PROGRAMA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO - RAICE

Desenvolvimento do programa

Coordenação Executiva: Francisco Alan Santos Lima e Xavier Plassat

Assessoria: Carolina Motoki

CPT Maranhão | Equipe em Codó: Brígida Rocha dos Santos, Jaqueline Freitas Vaz, Linalva Cunha, Raimundo Moreira

CPT Pará | Equipe em Tucuruí: Angela Negreiros, Hilário Lopes Costa, Sirlei Carneiro

CPT Tocantins | Equipe em Araguaína: Evandro Rodrigues dos Anjos

Pesquisa

Coordenação executiva da pesquisa: Carolina Motoki (CPT) e Brígida Rocha dos Santos (CDVDH)

No Maranhão: Flávia Moura, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Maranhão; Elbna Carvalho e Raimundo Morais (assistentes). A equipe também contou com participação de Brígida Rocha, Maria Aparecida Moreira e Maria do Socorro Vieira dos Santos (Pretinha).

No Pará - Sul e sudeste: Marcelo Melo, pesquisador de Marabá (PA); Cristiano Bento (assistente). Ainda foram apoiadores: Airton dos Reis Pereira (CPT e professor na Universidade Estadual do Pará), Ângela Negreiros, Geuza Morgado, Hilário Lopes e Sirlei Carneiro(CPT Marabá e Tucuruí).

No Pará - Oeste: Maria Luiza Camargo e Mauricio Torres, professor na Universidade Federal do Oeste do Pará; Elmara Guimarães (assistente), com o apoio da equipe da CPT da BR 163 (Jurandir Alves da Silva e Egidio Alves Sampaio)

No Piauí: Cristiana Rocha, pesquisadora e professora da Universidade Estadual do Piauí; Maria Janete R. Silva (assistente); Francisco Alan S. Lima (CPT). A equipe também contou com outros/as assistentes voluntários/as, alunos/as de Cristiana: Lucas Ramyro Gomes de Brito, Lívia Beatriz da Silva Alencar, Amara Pryscliana Brandão da Silva Ferreira, Marcelo Allef de Oliveira Vieira , Hamanda Machado de Meneses Fontenele.

No Tocantins: Vitor Camargo de Melo, pesquisador de Brasília; Bárbara do Nascimento Dias (assistente); Evandro Rodrigues dos Anjos (CPT).

REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO

Resumo Executivo

2015-2024



RAICE

Realização:



Comissão Pastoral da Terra



Campanha De olho aberto
para não virar escravo

Apoio:

